

O LOCAL SOCIAL DAS MINORIAS NA USP E SUA RELOCALIZAÇÃO INCLUSIVA

Ernane José Xavier Costa¹

Daniel Garcia



Protesto estudantil por condições dignas de moradia no Crusp (2021)

A realocização inclusiva implica a migração de um grupo em uma dada situação social de um ponto no espaço social da universidade, para outro espaço social de poder. Esta migração deve garantir a identidade de quem migra, ou seja: o indivíduo não pode perder sua identidade (social, cultural, política) devido à migração para um espaço de poder. A expansão inclusiva ocorrerá quando grupos realocalizados formarem “agregados” socialmente relacionados, ou seja: quando o espaço de poder possuir representantes capazes de criarem condição social e política para tal expansão

Segundo o professor Milton Santos, em seu ensaio *Economia espacial*, qualquer estudo sistemático da organização do espaço começa por determinar por que cada coisa está situada num determinado local, em vez de outro qualquer. Esta deve ser uma questão crucial no planejamento de estratégia de inclusão das minorias da USP. Então, considerar os espaços sociais e de poder ocupados pelas minorias na USP parece ser um ponto de partida mais sincero quando se trata da difusão da igualdade. Tendo isso em mente, pode-se assumir que existem tipos diferentes de difusão da igualdade: a realocização inclusiva e a expansão inclusiva.

Podemos assumir aqui, sem perda de generalidade, que a realocização inclusiva implica a migração de um grupo em uma dada situação social de um ponto no espaço social da universidade, para outro espaço social de poder. Esta migração deve garantir a identidade de quem migra, ou seja: o indivíduo não pode perder sua identidade (social, cultural, política) devido à sua migração para um espaço de poder. Com relação à expansão inclusiva, ela irá ocorrer quando grupos realocalizados formarem “agregados” socialmente relacionados, ou seja: quando o espaço de poder possuir representantes capazes de criarem a condição social e política para a expansão.

Se a premissa de que existem minorias ocupando espaços sociais dentro da universidade sem acesso ao poder for verdadeira (esta premissa é completamente verificável), então o termo inclusão só fará sentido lógico se também considerar a migração citada no parágrafo anterior. Tomemos como exemplo a população negra e parda da universidade. Se constatar-se que o espaço social que o referido grupo ocupa dentro da universidade é um espa-

ço que possui poucos professores negros com pouquíssimos deles ocupando o espaço de professores titulares, então qualquer ação que não promova a realocização dos negros e pardos para um espaço social onde negros e pardos são representados em todos os níveis da carreira docente será uma ação inócua sob o ponto de vista da inclusão desse grupo social na universidade.

No cenário da universidade cada indivíduo vale pelo lugar social que ocupa, ou seja: o seu “valor” como contribuinte da evolução universitária depende de sua localização no território social correspondente. E no cenário atual, o valor de cada indivíduo vai mudando, incessantemente, para melhor ou para pior em função das diferenças de cor, raça, gênero e identidade sexual e de gênero.

Basta ver a atual constituição das pró-reitorias, onde é nítido que é um espaço preenchido por professores e professoras brancas. É lamentável constatar que indivíduos de nossa comunidade com as mesmas virtualidades, mesma formação, até com o mesmo salário têm valor diferente segundo o lugar social que ocupam na universidade.

A ausência das minorias leva à conclusão absurda de que meritocracia neste sistema depende da cor da pele e outros fatores — uma contradição quando se admite só a existência do mérito. Há um “filtro” que atua com funções outras que não apenas a de mérito acadêmico

Todo este cenário está respaldado em uma representatividade enviesada. Para verificarmos esta afirmativa vamos considerar o processo pelo qual são eleitas as lideranças que irão comandar a universidade em um dado ciclo temporal. Vamos tomar como fato que existe, amparada pelo Estatuto da USP, uma relação direta entre liderança eleita e título acadêmico, ou, em outras palavras, na universidade ser professor titular é condição necessária, embora não suficiente, para concorrer aos principais cargos de gestão.

Este fato permite concluir que a ausência de representatividade de uma dada minoria universitária, no espaço social que compreende por exemplo a carreira de professores titulares, implica o questionamento da lógica meritocrática, lógica que segundo os gestores da USP é o que define a carreira universitária. É fácil verificar que a menção à meritocracia neste cenário leva a um absurdo. Por exemplo, se considerarmos que a meritocracia é a saída de um sistema onde a entrada são os professores e a função de transferência é um conjunto de regras e processos meritocráticos que realiza uma espécie de “filtro”, então considerando que a USP em seu estágio atual passou por esse filtro, a ausência das minorias leva à conclusão absurda de que a meritocracia neste sistema depende da cor da pele e de outros fatores — o que é uma contradição quando se admite apenas a existência do mérito. Logo, para resolver este absurdo, há que se admitir que este sistema possui um “filtro” que atua com funções outras que não apenas a de mérito acadêmico.

Desta forma, eu argumento que a criação de uma pró-reitoria, a Pró-Reitoria de Inclusão e Pertencimento (PRIP), será inócua se ela não garantir a realocação inclusiva. A nova pró-reitoria, em minha opinião, será porém de suma importância, desde que entenda que o desenvolvimento da universidade, na direção da inclusão, envolva o fenômeno da realocação inclusiva.

Trocando em miúdos, a universidade terá que inovar e inovar pressupõe mudanças — e os inovadores são encarados, quase sempre, como corruptores de normas preestabelecidas pela universidade, oriundas da era em que o processo de inclusão sequer figurava no dicionário “USPiano”. A receita é lógica e óbvia, mas carece de “vontade política” para ser executada. A conclusão óbvia desta visão é que qualquer mudança sistemática da organização do espaço social deve começar por determinar por que cada grupo social dentro da universidade está situado num determinado local social, em vez de outro qualquer, e aí o próximo passo é executar a realocação inclusiva.

Neste sentido, pode-se propor que a nova pró-reitoria seja a ponte para iniciar este processo, sendo que o primeiro passo seria o de determinar o motivo pelo qual a USP está organizada desta forma não inclusiva e a seguir criar um projeto de inclusão que deve ser protagonizado por essas minorias para que elas, ao final do processo, não sejam apenas geradoras de demandas, mas sim parte ativa do processo de realocação inclusiva.

Referência

SANTOS, Milton. *Economia espacial: críticas e alternativas*. Edusp, 2003 (2ª edição).

Nota

1 Professor da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos de Pirassununga (FZEA-USP), trabalha no Laboratório de Física Aplicada e Computacional (Lafac) do Departamento de Ciências Básicas.